



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Igor Andrade. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fábio Souza fez menção ao desabamento das sacadas do edifício Cristo Rei, no Bairro da Cremação, no último sábado, comentando que o fato serve de alerta para que os órgãos competentes adotem uma rotina de fiscalização profunda dos prédios, principalmente os mais antigos de nossa cidade. O excesso de chuvas e a alta umidade de nossa região podem comprometer as estruturas das edificações, sobretudo aquelas construídas há muito tempo, reconheceu. Agradeceu a Deus pelo acidente no Cristo Rei não ter provocado uma tragédia, pois muitas pessoas e veículos costumam trafegar por aquela área frequentemente, e instou os órgãos responsáveis a criar uma agenda de fiscalização dos prédios mais antigos. Recordou os desabamentos do edifício Raimundo Farias (ocorrido em agosto de 1987) e de um prédio ainda em construção, o Real Class, na Avenida 03 de Maio (em janeiro de 2011) que causaram mortes e traumatizaram muitas pessoas. Referiu-se depois ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO que chegou a esta Casa, apontando que os vereadores devem atentar a algumas demandas importantes. Uma delas, continuou, é a reestruturação dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras, pois constituem uma importantíssima ferramenta de cidadania. Defendeu o fortalecimento orçamentário da Fundação Papa João XXIII – Funpapa para que ela consiga melhorar a estrutura física dos Cras e as equipes possam atender um número maior de pessoas. Os programas de transferência de renda são, para muitos, a única forma de evitar a mendicância nas ruas da cidade, afirmou, considerando que o aumento da pobreza também é em parte consequência da pandemia. Relatou posteriormente ter acompanhado – juntamente com os vereadores Igor Andrade, Fernando Carneiro e Gizelle Freitas – a visita do prefeito Edmilson Rodrigues ao Bairro Águas Lindas, onde a PMB fará a recuperação de vias importantes. Enfermeira Nazaré Lima referiu ser celebrado em todo o país nesta data o Dia do Gari, relevando a necessidade de dar mais dignidade e segurança a esses trabalhadores. Observou não haver espaço para eles nos caminhões coletores: ficam junto aos resíduos, deslocam-se dependurados no veículo, correm durante o trajeto e sobem no carro em movimento, sofrendo por vezes acidentes. Contou ter um projeto de lei estabelecendo que nos editais de contratação das empresas de coleta de resíduos existam cláusulas resguardando a segurança desses trabalhadores, incluindo a utilização de equipamentos de proteção individual no exercício da função. Trata-se de um profissional invisível, com o qual ninguém se preocupa a não ser quando falta a coleta, apontou, instando este parlamento a legislar em prol dessa categoria. Comemorou depois o restabelecimento do Piso Nacional da Enfermagem pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal – STF, no dia anterior, após a definição da fonte dos recursos para o seu pagamento. A aprovação do piso é resultado da luta de muitos trabalhadores ao longo do tempo, demanda que ganhou força durante a pandemia, quando muitos profissionais de saúde morreram em prol da vida da população, arrazoou. Criticou, em seguida, a atuação dos alarmistas na *internet* que condenam a aprovação do piso alegando que provocará demissão em massa e gerará uma catástrofe nos hospitais. Os hospitais particulares e as demais empresas do setor de saúde lucraram muito na pandemia e agora devem dar a contrapartida, afirmou. Alertou para a necessidade de fiscalizar as condições do trabalho dos profissionais de enfermagem, cabendo tal papel aos sindicatos e ao Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, pois não é mais aceitável a precarização e o acúmulo de funções na atividade desses trabalhadores. Ademais, continuou, além do pagamento do piso salarial, é preciso regulamentar a carga horária semanal de trabalho de 30 horas e criar um plano de cargos, carreira e remuneração. Atestou, em seguida, não se dedicar apenas às reivindicações dos profissionais da enfermagem, tendo produzido projetos de lei voltados para o bem dos munícipes de Belém e relacionados à vacina, ao

feminicídio e à defesa da mulher. Defendeu a reestruturação e o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial – Caps para melhorar o atendimento em saúde mental, prevenindo o surgimento de doenças mentais. Durante a semana, anunciou, visitaria o Caps Álcool e Drogas e o Caps de Atenção ao Adolescente e à Criança e trataria desse tema na tribuna desta Casa. Fernando Carneiro informou que a previsão orçamentária da PMB para 2024 é de 4,8 bilhões de reais, menor do que a deste ano, 5,3 bilhões de reais. Urge fazer uma revisão da quota parte do ICMS que vem para Belém, pois a cidade vem perdendo recursos a cada ano devido à modificação de critérios feita no governo de Almir Gabriel visando prejudicar a população de nossa capital. Chamou a atenção depois para a redução sistemática da frota de ônibus urbanos em nossa cidade, passando de 1800 para 1000 veículos em vinte anos, considerando-a uma manobra das empresas. Todos os usuários do transporte coletivo sabem que ele é de péssima qualidade, com ônibus velhos, superlotados e sem ar condicionado. Vivemos atualmente um processo de reajuste salarial dos rodoviários e, nessas ocasiões, os empresários sempre propõem aumentar a tarifa para melhorar a qualidade do serviço, mas isso jamais aconteceu, advertiu. Esse é um dos problemas que devem ter a atenção dos vereadores desta Casa durante a discussão da LDO 2024, indicou. Recordou posteriormente que o cargo de agente de limpeza urbana, o gari, foi extinto por este parlamento em 2015 a pedido do então prefeito Zenaldo Coutinho. Do mesmo modo, extinguiu-se o cargo de motorista e agora esses profissionais não têm mais progressão na carreira e isso precisa ser corrigido, advogou. Comunicou ter apresentado projeto de lei, enviado ao Executivo, para que esses trabalhadores voltem a ter progressão, obtendo mais dignidade na função que exercem. Outro ponto ainda mais importante, assinalou, é a equiparação do salário-base dos servidores municipais ao salário mínimo nacional. Expressou saber das limitações orçamentárias da PMB, argumentando, porém, não haver mais como tal situação perdurar, pois ela impede a valorização do serviço público. Não há serviço público de qualidade sem a valorização do servidor público, cabendo aos vereadores ajudar o Executivo Municipal a reparar a defasagem do salário-base na elaboração da LDO 2024, arguiu. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pablo Farah, sem partido, reconheceu ser inaceitável que os servidores municipais continuem a ter um salário-base menor que o salário mínimo, apesar da redução do orçamento municipal para o ano vindouro. Contou depois ter recebido neste dia ligações de lideranças do Conjunto Canarinho denunciando a retirada de mais uma linha de ônibus que servia aos moradores da localidade. As empresas estão reduzindo o número de linhas, submetendo a população a mais sacrifícios. O subsídio ao transporte público, como ocorre em outras capitais, pode ser discutido e adotado, mas não é admissível retirar linhas de ônibus dizendo haver falta de demanda, pois muitas pessoas precisam do serviço, assegurou. Os empresários de ônibus podem estar enfrentando dificuldades, anuiu, devendo então ser discutido o subsídio à atividade. Em aparte, manifestou-se a vereadora Dona Neves. Pela liderança do PSOL, Gizelle Freitas mencionou o Dia do Assistente Social, comemorado na data anterior. Informou também ser assistente social, categoria com cerca de 210 mil profissionais no país, que lutam e estão na linha de frente de todas as políticas públicas realizadas no Brasil. Neste ano, participou, será retomada a luta pela aprovação do piso salarial da categoria, projeto há muito tempo engavetado no Congresso Nacional. Denunciou em seguida a precarização do trabalho dos assistentes sociais, reportando que somente em novembro de 2022 foram retirados 41% do orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perfazendo uma redução de 988 milhões de reais. Discorreu que tal corte prejudica o trabalho dos servidores e o atendimento aos usuários. Pediu a seus pares a aprovação de uma LDO 2024 que coloque o serviço público municipal como centralidade, expondo a situação de precariedade vivida pelos servidores da Funpapa. Aludiu posteriormente às discussões em nível nacional sobre o chamado arcabouço fiscal, explicitando tratar-se em verdade de um novo teto de gastos. Lembrou que o teto de gastos foi criado no governo de Michel Temer, em 2016, paralisou por vinte anos recursos e investimentos em áreas sociais. Expôs que a bancada do PSOL no Congresso Nacional é contrária ao arcabouço fiscal porque ele prevê gatilhos impedindo a criação de cargos, reestruturações de carreiras, reajustes salariais e realização de concursos públicos. Em aparte, manifestou-se a vereadora Sílvia Letícia. Fábio Souza, sem partido, disse que as deficiências do transporte público em nossa cidade constituem um problema histórico, envolvendo vários componentes. Citou dentre eles: uma malha viária extremamente pobre e complicada; o uso de ônibus já utilizados anteriormente por cinco ou seis anos em outros estados; o número excessivo de gratuidades, prejudicando a lucratividade das empresas. Por outro lado, considerou, é preciso discutir com os demais municípios da Região Metropolitana de Belém – RMB uma ação conjunta e dividir com eles as despesas com o sistema de transporte. O modelo adotado no processo licitatório do sistema de transporte público da PMB não atende à realidade, postulou, por isso não atraiu o interesse das empresas. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Pelo Solidariedade, Igor Andrade exaltou o coletor de resíduos sólidos, o gari, cujo trabalho é essencial à cidade. Parabenizou posteriormente a PMB, o governo estadual e o ministro das Cidades, Jáder Filho pelo lançamento na última sexta-feira, na Usina da Paz do Guamá, do projeto Caravanas da Periferia, do governo

federal. No evento, participou, estavam presentes o prefeito Edmilson Rodrigues, o governador Hélder Barbalho, o senador Hélder Barbalho, o ministro Jader Filho e vários vereadores desta Casa. Parabenizou a PMB por ter um olhar atencioso às periferias de Belém levando saneamento, obras de mobilidade urbana e infraestrutura à população que mais precisa, com a parceria do governo estadual e do governo federal. Reportou-se em seguida à manifestação dos condutores de aplicativos, realizado no dia anterior em nossa cidade, comunicando que uma das propostas apresentadas por eles é a redução do percentual que cabe às empresas sobre o valor das corridas. Memorou que, na discussão feita nesta Casa sobre a regulamentação do transporte por aplicativo em Belém, estabelecer um limite máximo para o percentual descontado dos condutores era um dos pontos em pauta, mas as empresas não permitiram que essa regulamentação fosse adiante. Manifestou-se favoravelmente às reivindicações dos condutores, opinando que o estabelecimento de limites máximos para o desconto das empresas deve voltar a ser discutido. Inteirou depois que a PMB está com obras avançadas no Palácio Antônio Lemos, no Boulevard da Gastronomia e no Mercado de São Brás. Em relação a esta última, notificou que a PMB fez recentemente o remanejamento dos feirantes para um local proposto por eles, ao lado da agência dos Correios, onde anteriormente situava-se a Yamada, constituindo um espaço digno para todos trabalharem. Em seguida, convidou seus pares a participar da sessão especial que debaterá o transporte público em Belém, na terça-feira seguinte, às nove horas da manhã, neste Salão Plenário. Manifestou-se favoravelmente à concessão de subsídio e redução dos impostos ao transporte público, aventando a possibilidade de abrir uma linha de crédito para que as empresas adquiram ônibus novos equipados com ar condicionado. Encerrado o Horário de Liderança, a presidente Enfermeira Nazaré Lima solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se inicialmente a leitura e votação do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando um dia de licença parlamentar, 16/05/2023, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Lulu das Comunidades solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 16 a 18 de maio de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se posteriormente à leitura do requerimento da vereadora Sílvia Letícia solicitando votos de aplauso à liderança indígena Alessandra Korap Munduruku que, em 24/04/2023, recebeu o Prêmio Goldman de Meio Ambiente na cidade de São Francisco – EUA. Justificou seu voto a vereadora Sílvia Letícia. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial em alusão ao Dia do Jornalista. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Fez-se a seguir a leitura do requerimento da vereadora Gizelle Freitas solicitando votos de parabenização a um grupo de ativistas de Belém que, em 13 de maio passado, substituiu simbolicamente o nome de ruas e praças da capital por nomes de mulheres negras que são referência na construção de nossa cidade. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Gizelle Freitas. Foi feita depois a leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a Lei do Dia Municipal de Combate às Mudanças Climáticas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Bia Caminha. Procedeu-se posteriormente à leitura e votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando um dia de licença parlamentar, em 16/05/2023, sendo este aprovado por unanimidade. Em seguida, não havendo mais requerimentos inscritos, a presidente Enfermeira Nazaré Lima encerrou a sessão, às dez horas e vinte e dois minutos, convidando os parlamentares a permanecer em plenário para a posse da Procuradoria Especial da Mulher, que seria realizada às onze horas deste dia. Estavam licenciados os vereadores Wellington Magalhães, Fabrício Gama, Altair Brandão, Lulu das Comunidades e Matheus Cavalcante. Justificaram suas ausências os vereadores Amaury da APPD, Augusto Santos, Emerson Sampaio, Goleiro Vinícius, Juá Belém, Mauro Freitas, Moa Moraes e Renan Normando. Estiveram presentes os vereadores: Miguel Rodrigues, José Dinelly, Bioco e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Neném Albuquerque, Blenda Quaresma e John Wayne, pelo MDB; Gizelle Freitas, Enfermeira Nazaré Lima, Sílvia Letícia e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Pablo Farah, sem partido; Fábio Souza, sem partido; Túlio Neves, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 16 de maio de 2023.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário